

## **1 Informações gerais**

A Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS (a "Companhia") tem como seu principal objeto social a distribuição de gás natural canalizado em parte do território do Estado de São Paulo (aproximadamente 180 municípios, inclusive a região denominada Grande São Paulo) para consumidores dos setores industrial, residencial, comercial, automotivo, termogeração e cogeração.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, e está registrada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo ("BM&FBOVESPA").

A Companhia é controlada diretamente pela Cosan S.A. Indústria e Comércio, com a participação de 61,33%.

O contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Distribuição de Gás Canalizado foi assinado em 31 de maio de 1999, junto ao poder concedente representado pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP) (antiga Comissão de Serviços Públicos de Energia (CSPE)).

O Contrato outorga e regula a concessão para a exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado com prazo de vigência de 30 anos, podendo ser prorrogado por 20 anos mediante requerimento da concessionária e aprovação subsequente do poder concedente.

A ARSESP é responsável por garantir a execução do contrato e por regular, controlar e monitorar as operações de energia no Estado de São Paulo.

O contrato de concessão supracitado descreve as obrigações da Companhia, as regras para os procedimentos de revisão tarifária quinquenal e os indicadores de qualidade e de segurança para os quais a Companhia deve cumprir. A Portaria ARSESP nº 160/01 definiu condições gerais de fornecimento de gás canalizado.

Adicionalmente, o contrato de concessão determina que as tarifas praticadas pela Companhia devam ser revisadas uma vez ao ano, no mês de maio, com o objetivo de realinhar o seu preço ao custo do gás e ajustar a margem de distribuição pela inflação.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria em 19 de janeiro de 2016.

## **2 Base de apresentação**

As demonstrações financeiras individuais estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) - nos Pronunciamentos e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) - nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e complementadas pelo Plano de Contas do Serviço Público de Distribuição de Gás Canalizado, instituído pela Portaria ARSESP nº 22 de 19 de novembro de 1999.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as informações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e estas correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

### **Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

#### **(a) *Impairment* do contas a receber**

A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de receber todas as quantias devidas de acordo com os termos do crédito original.

A Companhia faz uma análise individual dos devedores significativos e os outros numa base conjunta, e se houver qualquer evidência de que a Companhia não receberá o valor em aberto, a perda estimada é registrada.

#### **(b) Provisões**

As provisões são reconhecidas no período em que se torne provável que haverá uma saída futura de recursos resultantes de operações ou acontecimentos passados que podem ser razoavelmente estimados. O momento do reconhecimento requer a aplicação de julgamento para fatos e circunstâncias existentes, que podem ser sujeitos a alterações.

São reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

#### **(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros**

A Companhia possui instrumentos financeiros que são negociados em mercados ativo. A Companhia se utiliza das melhores práticas para escolher métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. A Companhia não possui ativos financeiros disponíveis para venda, para os quais não há negociações em mercados ativos.

#### **(d) Benefícios de planos de pensão**

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia em conjunto com seus atuários externos, determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 22.

**(e) Receita não faturada**

Conforme mencionamos na Nota 2.16 - "Reconhecimento da receita" - letra (b) - a receita não faturada refere-se à parte do gás fornecido, para o qual a medição e o faturamento aos clientes ainda não ocorreram.

**2.1 Principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação nestas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todas as informações apresentadas, salvo disposição em contrário.

**2.2 Conversão de moeda estrangeira**

**(a) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados e divulgados em reais, moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional").

**(b) Transações e saldos**

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

**2.3 Instrumentos financeiros**

**2.3.1 Classificação e mensuração**

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) mantidos para negociação ao valor justo "por meio de resultado"; (b) empréstimos e recebíveis; (c) mantidos até o vencimento; e (d) disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não possuía instrumentos classificados nas categorias: (i) mantidos para negociação ao valor justo "por meio de resultado"; (ii) mantidos até o vencimento, e (iii) disponíveis para venda.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

**(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento**

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração**

**Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

**Ativos financeiros mantidos até o vencimento**

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

**Empréstimos e recebíveis**

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

## **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez diária com vencimentos originais de até três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

## **Ativos financeiros disponíveis para venda**

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas dentro do patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados mantidos como ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado. A Companhia não possui nenhum ativo financeiro classificado como disponível para venda.

### **(iii) Passivos financeiros não derivativos – mensuração**

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

### **(iv) Capital Social**

#### **Ações ordinárias**

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32 / IAS 12.

#### **Ações preferenciais**

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

#### **(vi) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo hedge accounting**

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Os instrumentos derivativos são registrados pelo valor justo e suas variações monetárias são reconhecidas no resultado do exercício.

#### **(vii) Hedges de valor justo**

As variações no valor justo de derivativos são registradas na demonstração do resultado. Os derivativos protegem a Companhia contra o risco de juros fixos e de variação cambial de empréstimos e financiamentos, passando-os para taxas flutuantes no mercado local (percentual do CDI). O ganho ou perda relacionado com os *swaps* é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas/receitas financeiras". As variações no valor justo dos empréstimos em moeda estrangeira, atribuíveis ao risco de taxa de juros e/ou câmbio, são reconhecidas na demonstração do resultado como "Despesas/receitas financeiras".

### **2.4 Contas a receber**

São reconhecidas pelos valores faturados, ajustados pelo valor presente, quando aplicável. A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

### **2.5 Estoques**

Os materiais diversos são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável.

Os materiais destinados a obras em andamento estão registrados como estoques.

O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado.

### **2.6 Intangível**

#### **(a) Contrato de concessão**

A Companhia possui contrato de concessão pública de serviço de distribuição de gás, conforme descrito na Nota 1, em que o Poder Concedente controla quais serviços devem ser prestados e a que preço, bem como detém, participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Esse contrato de concessão representa o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, durante a vigência do contrato. Assim sendo, a Companhia reconhece como ativo intangível esse direito.

Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida a valor justo. Os custos de financiamento diretamente relacionados à construção são também capitalizados.

A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Sujeito a avaliação do Poder Concedente, a Companhia tem a opção de requerer uma única vez a prorrogação dos serviços de distribuição por mais 20 anos. Extinta a concessão, operar-se-á de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente, dos bens e instalações vinculados ao serviço de distribuição de gás, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante da indenização devida à Companhia, observados os valores contábeis e as datas de sua incorporação ao patrimônio do Estado. Atualmente os valores referentes a indenização não são preestabelecido ou determináveis, motivo pelo qual a Companhia não aplicou o modelo bifurcado para a contabilização do ativo financeiro.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia durante o período de vigência do contrato de concessão, considerando a prorrogação, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura em linha com as disposições da ARSESP, conforme divulgado na Nota 11.

A amortização dos componentes do ativo intangível é descontinuada quando o respectivo ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

**(b) Contratos com clientes - fidelização**

Os gastos com implantação de sistema de gás (compreendendo tubulação, válvulas e equipamentos em geral) para novos clientes são registrados como intangível e amortizados pelo período do contrato com o cliente, até o limite de vigência do contrato de concessão.

**(c) Programas de computador (*softwares*)**

Licenças adquiridas de programas de computador (*softwares*) são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 11.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de *softwares* e a parte adequada das despesas gerais relacionadas. Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 11.

**2.7 Redução ao valor de recuperável (*impairment*)**

***Impairment* de ativos financeiros**

**(i) Ativos financeiros não-derivativos**

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

## **(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado**

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

## **(iii) Ativos financeiros disponíveis para venda**

Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda acumulada reconhecida em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido para o resultado. A perda reclassificada é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, diminuído de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Caso o valor justo de um título de dívida, para o qual tenha sido reconhecida uma perda no valor recuperável, apresente aumento e, esse aumento possa ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após a perda por redução no valor recuperável ter sido reconhecida, então a perda é revertida e o valor da reversão é reconhecido no resultado. Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado para instrumentos patrimoniais classificados como ativos financeiros disponíveis para venda não são revertidas.



### ***Impairment de ativos não financeiros***

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

## **2.8 Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, quando significativos são mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

## **2.9 Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo no recebimento dos recursos. São subsequentemente apresentados ao custo amortizado, ou seja, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), ou pelo valor justo quando estiver protegido (*hedge*). Quando relevantes, os custos de transação são contabilizados como redutores dos empréstimos e reconhecidos no resultado financeiro ao longo do período da dívida, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por um prazo maior que 12 meses após a data do balanço.

## **2.10 Provisões e passivos contingentes**

As provisões para processos fiscais, trabalhistas e cíveis são registradas quando: (a) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (c) o valor puder ser estimado com segurança. Os passivos contingentes são aqueles avaliados como de perdas possíveis e são divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e as provisões são registradas como exigíveis.

## **2.11 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e os passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

## **2.12 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária.

## **2.13 Obrigações com benefícios de aposentadoria**

### **(a) Benefícios pós-emprego**

A Companhia oferece os seguintes benefícios pós-emprego:

- . Assistência à saúde, concedida aos ex-empregados e respectivos dependentes aposentados até 31 de maio de 2000. Após esta data somente empregados com 20 anos de contribuição ao INSS e 15 anos de trabalho ininterruptos na Companhia em 31 de maio de 2000 têm direito a este plano de benefício definido, desde que, na data de concessão da aposentadoria estejam trabalhando na Companhia.
- . Suplementação de aposentadoria, concedida através de um plano de contribuição definida, por meio de um Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL).

O passivo reconhecido no balanço patrimonial em relação aos planos de pós-emprego de benefícios definidos é calculado anualmente por atuários independentes.

A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos dos planos de benefícios pós-emprego representa o valor presente das obrigações menos o valor justo dos ativos, incluindo ganhos e perdas atuariais. Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos em resultado.

Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem.

**(b) Participação nos lucros**

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta diversas metas além do lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

**2.14 Arrendamentos**

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos mercantis nos quais a Companhia assume substancialmente os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento mercantil financeiro. Todos os outros tipos de arrendamento mercantil são classificados como arrendamento mercantil operacional. O arrendamento mercantil financeiro é capitalizado no início do contrato pelo menor valor entre o valor justo do ativo arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Cada um dos pagamentos do arrendamento é alocado ao passivo e a encargos financeiros, sendo as correspondentes obrigações de arrendamento, líquidas dos encargos financeiros, incluídas no passivo financeiro. O elemento de juros do custo do financiamento é debitado à demonstração do resultado ao longo do prazo do arrendamento de modo a gerar uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo de cada período. Os pagamentos efetuados no âmbito de arrendamentos operacionais são registrados na demonstração do resultado pelo método linear durante a vigência do arrendamento.

**2.15 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio**

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados de acordo com o estatuto social.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

**2.16 Reconhecimento da receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela distribuição de gás no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada cliente.

**(a) Receita por prestação de serviços - faturada**

A receita de prestação de serviços de distribuição de gás é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, sendo reconhecida ao resultado no mesmo período em que os volumes são entregues aos clientes.

**(b) Receita por prestação de serviços - não faturada**

Receita não faturada refere-se à parte do gás fornecido, para o qual a medição e o faturamento aos clientes ainda não ocorreram, conforme descrito na Nota 6. Este valor é calculado com base estimada referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês. O volume real cobrado pode ser diferente da estimativa. A Companhia acredita que, com base na experiência anterior com operações semelhantes, o valor não faturado não difere significativamente dos valores reais.

**(c) Receita de construção - ICPC 01 (R1)**

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 (R1) - "Contratos de Construção", com base no andamento da construção do ativo. Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos.

A Companhia não reconhece ganho na margem de construção de infraestrutura, conforme mencionado na Nota 2.6(a).

**(d) Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros;
- ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- ganhos/perdas líquidos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado; e
- reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes.

A receita e despesa financeira são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

**3 Normas, alterações e interpretações de normas existentes**

**3.1 Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor**

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

**IFRS 9 *Financial Instruments* (Instrumentos Financeiros)**

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

### **IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers* (Receita de Contratos com Clientes)**

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (“U.S. GAAP”) quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

### **IFRS 16 *Leasing* (Arrendamentos)**

A IFRS 16 exige uma entidade a reconhecer que todos os arrendamentos nos quais a Companhia é arrendatária deverão estar reconhecidos no balanço. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui a IAS 17 – Arrendamentos.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que não entraram em vigor e que se espera que tenha um impacto significativo sobre a Companhia.

## **4 Informações por segmento**

A administração analisa o desempenho financeiro considerando o resultado bruto econômico separadamente por segmento de negócio. A agência reguladora “ARSESP” determina as tarifas pelos diversos segmentos de negócio. A Companhia não efetua análises de ativos por segmento para gestão dos negócios. Por fim, a definição de unidade geradora de caixa, representando o menor ativo em uso que gera entradas de caixa, no contexto da Companhia não pode ser segregada por segmento, pois a mesma tubulação distribui gás para consumidores de segmentos diferentes.

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a diretoria-executiva responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

A composição da margem por segmento é a seguinte:

**Margem por segmento - 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015**

[illegible]

**Margem por segmento - 1º de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014**

[illegible]

## 5 Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa está substancialmente representado por aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e aplicações em títulos privados, sendo que esses instrumentos possuem liquidez imediata conferida pela instituição financeira que os emitiu.

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Recursos em banco e em caixa	30.429	33.673
Aplicações em CDBs e títulos privados	<u>1.937.214</u>	<u>940.034</u>
	<u>1.967.643</u>	<u>973.707</u>

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<b>Aplicações em bancos</b>		
Operações compromissadas	1.263.188	717.472
Certificado de depósitos bancários - CDBs	540.965	222.562
Outras aplicações financeiras	<u>133.061</u>	<u>-</u>
	<u>1.937.214</u>	<u>940.034</u>

## 6 Contas a receber de clientes

(a) A composição das contas a receber de clientes é a seguinte:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Contas de gás a receber	357.169	315.849
Contas de gás parceladas (i)	14.970	12.710
Devedores por venda de equipamentos	22.696	35.353
Ajuste a valor presente	(3.910)	(3.504)
Receita não faturada (ii)	240.570	350.593
Outros	27.613	29.174
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	<u>(136.078)</u>	<u>(115.913)</u>
	<u>523.030</u>	<u>624.262</u>
Circulante	485.994	587.269
Não circulante	<u>37.036</u>	<u>36.993</u>

(i) As contas de gás parceladas referem-se a parcelamento de valores a receber de clientes em atraso. Os casos vencidos que apresentam riscos de realização estão devidamente provisionados.

(ii) A receita não faturada refere-se à parte do fornecimento de gás do mês, cuja medição e faturamento aos clientes ainda não foram efetuados.



As perdas registradas nos exercícios de 2015 e 2014 estão abaixo demonstradas:

	<u>2014</u>
<b>Saldo em 1<sup>a</sup> de janeiro de 2014</b>	<b>(96.683)</b>
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	(19.165)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	-
Outros	(65)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>(115.913)</b>
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	(20.078)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	-
Outros	(87)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>(136.078)</b>

As contas a receber de clientes estão reconhecidas pelo custo amortizado e se equivalem ao valor justo.

(b) Sumário do contas a receber por fornecimento de gás por vencimento:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Valores a vencer	178.743	145.778
Vencidos		
Até 30 dias	38.223	55.119
Acima de 30 dias	140.203	114.952
	<u>357.169</u>	<u>315.849</u>

Em 31 de dezembro de 2015, do valor das contas a receber acima de 30 dias, R\$ 136.078, encontram-se *impaired* (31 de dezembro de 2014, R\$ 115.913).

As demais contas a receber do balanço não contêm ativo *impaired*. A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil.

## 7 Estoques

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Estoque de materiais para construção	86.981	86.895
Produto acabado	2.747	2.066
Materiais diversos	44.619	36.445
	<u>134.347</u>	<u>125.406</u>

A provisão para estoque de baixa movimentação e obsolescência é de R\$ 570 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 3.314 em 31 de dezembro de 2014).

## 8 Transporte pago e não utilizado

	<u>2015</u>		<u>2014</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Transporte ( <i>ship or pay</i> ) PETROBRAS	-	204.725	5.442	158.244

A recuperação dos saldos referente ao "Transporte pago e não utilizado", dar-se-á automaticamente, sem ônus para a Companhia, na medida em que se utilize o transporte acima do percentual estipulado nos contratos, conforme divulgado na Nota 13.

## 9 Impostos a recuperar

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Imposto sobre circularização de mercadorias e serviços (ICMS) - a recuperar	46.246	52.322
Imposto sobre circularização de mercadorias e serviços (ICMS) - sobre ativos	27.314	31.479
Contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) / Imposto de renda – antecipado <sup>(i)</sup>	56.015	47.947
Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) a recuperar	565	570
Outros	464	274
	<u>130.604</u>	<u>132.592</u>
Circulante	117.064	115.485
Não circulante	<u>13.540</u>	<u>17.107</u>

- (i) No exercício de 2015 a Companhia efetuou revisão de suas bases de cálculo de IR e CSLL, exercícios de 2009 e 2010, aplicando a taxa de vida útil prevista na IN 162/98 para seus ativos pertencentes à rede de distribuição de gás, dessa forma, contabilizou os impactos fiscais relacionados às apurações do IRPJ e da CSLL desses períodos, devido à mudança de estimativa para fins fiscais. A variação entre as taxas contábil e fiscal gerou um crédito fiscal para a Companhia no valor base de R\$ 104.429 com atualização pela SELIC no valor R\$ 51.756. Concomitantemente constituiu IRPJ e CSLL diferidos no passivo, que será realizado pelo prazo restante do período de concessão conforme divulgado na Nota 14, no item b.

## 10 Partes relacionadas

### (a) Resumo dos saldos do balanço com partes relacionadas:

O saldo a receber referente a partes relacionadas em 31 de dezembro de 2015 é o seguinte:

	Movimentação		
	Raízen Combustíveis S.A. <sup>(1)</sup>	Raízen Energia S.A. <sup>(2)</sup>	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.708	-	1.708
Receitas	17.246	-	17.246
Recebimentos	(17.635)	-	(17.635)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.319	-	1.319
Receitas	14.668	150	14.818
Recebimento	(14.883)	(14)	(14.897)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.104	136	1.240

O saldo a pagar referente a partes relacionadas em 31 de dezembro de 2015 é o seguinte:

	Movimentação		
	Grupo Shell <sup>(3)</sup>	Raízen Energia S.A. <sup>(2)</sup>	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	5.985	1	5.986
Despesas	7.967	20.159	28.126
Pagamentos	(10.132)	(15.368)	(25.500)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	3.820	4.792	8.612
Despesas	13.799	30.217	44.016
Pagamentos	(17.619)	(31.914)	(49.533)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	3.095	3.095

<sup>(1)</sup> **Raízen Combustíveis S.A.**

Saldos a receber referente a fornecimento de gás para postos de combustíveis.

<sup>(2)</sup> **Raízen Energia S.A. (RESA)**

Os saldos registrados como passivo circulante representam serviços compartilhados executados pela RESA de responsabilidade da Companhia.

<sup>(3)</sup> **Grupo Shell**

*Commercial Services Agreement* (CSA) - a Shell deixará à disposição o pessoal comercial e os serviços comerciais de forma a dar suporte administrativo na condução do negócio da Companhia.

**(b) Remuneração de administradores e diretores**

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, no ano estão apresentadas a seguir:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Salários, incluindo remuneração variável	26.250	22.678
Encargos sociais	2.620	2.736
Benefícios, assistência médica e outros	326	347
	<u>29.196</u>	<u>25.761</u>

**11 Intangível**

	<b>Intangível em serviços</b>				
	<b>Contrato de concessão<sup>(ii)</sup></b>	<b>Fidelização de clientes<sup>(i)</sup></b>	<b>Software e outros<sup>(i)</sup></b>	<b>Intangível em andamento</b>	<b>Total</b>
<b>Custo</b>					
<b>31 de dezembro de 2013</b>	<b>4.876.537</b>	<b>891.522</b>	<b>262.426</b>	<b>235.366</b>	<b>6.265.851</b>
Adições	-	-	-	661.544	661.544
Baixas	(19.774)	(7.514)	-	744	(26.544)
Transferências	497.770	141.069	14.571	(653.410)	-
<b>31 de dezembro de 2014</b>	<b>5.354.533</b>	<b>1.025.077</b>	<b>276.997</b>	<b>244.244</b>	<b>6.900.851</b>
<b>Amortização</b>					
<b>31 de dezembro de 2013</b>	<b>(1.385.394)</b>	<b>(547.618)</b>	<b>(200.176)</b>	<b>-</b>	<b>(2.133.188)</b>
Adições	(222.039)	(133.202)	(30.106)	-	(385.347)
Baixas	-	3.419	(108)	-	3.311
Transferências	13.663	-	-	-	13.663
<b>31 de dezembro de 2014</b>	<b>(1.593.770)</b>	<b>(677.401)</b>	<b>(230.390)</b>	<b>-</b>	<b>(2.501.561)</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>3.491.143</b>	<b>343.904</b>	<b>62.250</b>	<b>235.366</b>	<b>4.132.663</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>3.760.763</b>	<b>347.676</b>	<b>46.607</b>	<b>244.244</b>	<b>4.399.290</b>

	Intangível em serviços			Intangível em andamento	Total
	Contrato de concessão <sup>(ii)</sup>	Fidelização de clientes <sup>(i)</sup>	Software e outros <sup>(i)</sup>		
<b>Custo</b>					
<b>31 de dezembro de 2014</b>	<b>5.354.533</b>	<b>1.025.077</b>	<b>276.997</b>	<b>244.244</b>	<b>6.900.851</b>
Adições	-	-	-	521.313	521.313
Baixas	(52.544)	(7.708)	-	-	(60.252)
Transferências	452.359	71.142	16.946	(540.447)	-
<b>31 de dezembro de 2015</b>	<b>5.754.348</b>	<b>1.088.511</b>	<b>293.943</b>	<b>225.110</b>	<b>7.361.912</b>
<b>Amortização</b>					
<b>31 de dezembro de 2014</b>	<b>(1.593.770)</b>	<b>(677.401)</b>	<b>(230.390)</b>	<b>-</b>	<b>(2.501.561)</b>
Adições	(205.182)	(134.848)	(19.897)	-	(359.927)
Baixas	42.094	3.873	-	-	45.967
Transferências	(157)	96	61	-	-
<b>31 de dezembro de 2015</b>	<b>(1.757.015)</b>	<b>(808.280)</b>	<b>(250.226)</b>	<b>-</b>	<b>(2.815.521)</b>
<b>31 de dezembro de 2014</b>	<b>3.760.763</b>	<b>347.676</b>	<b>46.607</b>	<b>244.244</b>	<b>4.399.290</b>
<b>31 de dezembro de 2015</b>	<b>3.997.333</b>	<b>280.231</b>	<b>43.717</b>	<b>225.110</b>	<b>4.546.391</b>

(i) Taxa média ponderada de 20% ao ano.

(ii) Taxa média ponderada apresentada no quadro a seguir.

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01 (R1), em 1º de janeiro de 2009, a Companhia reclassificou para a rubrica "Intangível" os ativos imobilizados relacionados ao Contrato de Concessão, sendo que esses ativos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 são compostos como seguem:

	Terrenos	Tubulações	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de transporte	Equipamentos e móveis administrativos	Total
<b>Taxa média ponderada a.a. %</b>		<b>3,4</b>	<b>2,7</b>	<b>5,4</b>	<b>20</b>	<b>10</b>	
<b>Custo</b>							
<b>31 de dezembro de 2013</b>	<b>26.468</b>	<b>2.911.424</b>	<b>65.551</b>	<b>447.866</b>	<b>10.435</b>	<b>29.399</b>	<b>3.491.143</b>
Adições / Transferências	-	393.077	8.512	63.268	2.535	30.378	497.770
Amortização	-	(173.832)	(3.116)	(30.628)	(3.516)	(10.947)	(222.039)
Baixa	-	(561)	(1)	(3.516)	(288)	(1.745)	(6.111)
<b>31 de dezembro de 2014</b>	<b>26.468</b>	<b>3.130.108</b>	<b>70.946</b>	<b>476.990</b>	<b>9.166</b>	<b>47.085</b>	<b>3.760.763</b>
Adições / Transferências	671	345.302	5.045	88.133	1.075	11.976	452.202
Amortização	-	(144.014)	(7.907)	(43.025)	(2.994)	(7.242)	(205.182)
Baixa	-	(520)	-	(9.818)	(26)	(86)	(10.450)
<b>31 de dezembro de 2015</b>	<b>27.139</b>	<b>3.330.876</b>	<b>68.084</b>	<b>512.280</b>	<b>7.221</b>	<b>51.733</b>	<b>3.997.333</b>

Os valores reconhecidos no "Intangível", acima demonstrados representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão, líquidos de amortização.

A amortização, calculada com base na vida útil estimada para os ativos construídos em conformidade com o contrato de concessão e integrante da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços, totalizou a quantia de R\$ 203.366 e foi devidamente apropriada ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o saldo da reavaliação totalizam R\$ 3.292 (nota 14 (b)) em 31 de dezembro de 2015 (31 de dezembro de 2014 - R\$ 3.888). O valor líquido referente à realização da reserva de reavaliação não é considerado na base de cálculo para distribuição de dividendos.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia capitalizou o montante de R\$ 20.098 (31 de dezembro de 2014 - R\$ 20.891) referentes a juros incidentes sobre os empréstimos captados para a construção desses ativos. A taxa média ponderada dos encargos financeiros da dívida, utilizada para capitalização de juros sobre o saldo de obras em andamento, foi de 11,47% a.a para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (10,93% a.a para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014).

## 12 Empréstimos e financiamentos

	<u>2015</u>		<u>2014</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Empréstimos e financiamentos	548.326	2.076.551	456.634	2.098.097
Debêntures não conversíveis	28.397	1.169.793	10.031	568.584
	<u>576.723</u>	<u>3.246.344</u>	<u>466.665</u>	<u>2.666.681</u>

(a) **Empréstimos e financiamentos**

		<b>2015</b>		<b>2014</b>	
	<b>Encargos - %</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>
Em moeda nacional					
BNDES (Projeto IV) - direto com fiança	TJLP + 2,8 a.a.	-	-	2	-
BNDES (Projeto V)	TJLP + 2,8 a.a.	114.355	56.821	114.316	169.851
BNDES (Projeto VI)	TJ462 + 1,8 a.a.	171.617	639.742	80.017	756.196
BNDES (Projeto VI)	SELIC + 1,8 a.a.	62.532	238.806	22.777	252.135
BNDES (Projeto VI)	TJLP	1.427	2.598	1.423	4.001
Custo de transação		(1.076)	(2.004)	(1.020)	(2.924)
		<u>348.855</u>	<u>935.963</u>	<u>217.515</u>	<u>1.179.259</u>
Em moeda estrangeira (*)					
EIB II - primeira liberação - USD	3,881 a.a.	61.155	190.379	42.608	169.419
EIB II - segunda liberação - USD	2,936 a.a.	27.824	99.953	18.964	86.183
EIB II - terceira liberação - USD	LIBOR 6M	50.185	191.759	18.546	167.189
EIB II - quarta liberação - USD	LIBOR 6M	46.844	200.915	17.141	171.414
SCOTIABANK - Resolução nº 4.131	3,7975 a.a.	-	-	7.501	197.104
SCOTIABANK - Resolução nº 4.131	2,7800 a.a.	8.037	274.786	-	-
TOKYO - Resolução nº 4.131	2,5257 a.a.	5.426	182.796	3.725	127.529
BOFA - Resolução nº 4.131	LIBOR 3M + 1,10 a.a.	-	-	130.634	-
		<u>199.471</u>	<u>1.140.588</u>	<u>239.119</u>	<u>918.838</u>
		<u>548.326</u>	<u>2.076.551</u>	<u>456.634</u>	<u>2.098.097</u>

(\*) Para todos os empréstimos em moeda estrangeira são contratados instrumentos financeiros derivativos visando proteger a Companhia de eventuais oscilações na taxa de câmbio.

Os montantes não circulantes têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	<b>2015</b>
A partir de 1º de janeiro de 2017	470.396
2018	842.687
2019	389.569
2020	318.953
2021	54.946
	<u>2.076.551</u>

O percentual de nossa dívida é 77,46% pós-fixada e 22,54% prefixada (2014 – 75,05% pós-fixada e 24,95% prefixada).

A Companhia reconheceu o custo de transação referente aos empréstimos do BNDES no montante de R\$ 5.355, do qual já foi amortizado R\$ 2.275.

Durante o exercício não houve descumprimentos ou violações dos acordos contratuais junto aos credores.

Os financiamentos do BNDES têm amortizações de principal e pagamento de juros mensais, exceto os que estão em período de carência. Para estes financiamentos, as garantias oferecidas são:

- Projeto IV - operação direta com o BNDES: recebíveis da Companhia, cujo custodiante é o Banco Itaú; operação indireta com o BNDES: fiança bancária dos Bancos Itaú, Votorantim, Bradesco e Santander, na proporção de 25% cada banco.
- Projeto V - operação direta com o BNDES: fiança bancária do Banco Itaú BBA para 100% do financiamento.
- Projeto VI - operação direta com o BNDES: fiança bancária dos bancos Bradesco (67,83%), Itaú (14,56%) e Safra (17,61%).

A Companhia possui em seus contratos de empréstimos com o The Bank of Nova Scotia (“Scotiabank”) e The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ LTD (“Tokyo”) cláusulas que dispõem a observância de determinados índices financeiros (*financial covenants*) conforme seguem abaixo:

	Resolução nº 4.131	
	SCOTIABANK	TOKYO
Razão entre a dívida onerosa líquida e o EBTIDA	4,00	3,75
Razão entre o endividamento de curto prazo e o endividamento total	0,60	0,55

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia está adimplente com todos os índices financeiros (*financial covenants*).

## (b) Debêntures não conversíveis

Data de emissão	Emissão	Série	Quantidade	Remuneração - %	2015		2014		
					Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
15/09/2013	(i)	3ª	1º	128.197	CDI + 0,9%	5.427	128.197	4.489	128.197
15/09/2013	(i)	3ª	2º	269.338	IPCA+ 5,1%	16.131	304.288	4.401	291.156
15/09/2013	(i)	3ª	3º	142.465	IPCA+ 5,6%	9.219	157.081	2.537	153.980
15/12/2015	(ii)	4ª	1º	269.620	IPCA+ 7,1432%	370	270.272	-	-
15/12/2015	(ii)	4ª	2º	242.374	IPCA+ 7,4820%	348	242.960	-	-
15/12/2015	(ii)	4ª	3º	79.900	IPCA+ 7,3570%	113	80.094	-	-
Custo de transação	(i)	3ª			(1.397)	(3.353)	(1.396)	(4.749)	
Custo de transação	(ii)	4ª			(1.814)	(9.746)	-	-	
						28.397	1.169.793	10.031	568.584



Movimentação (iii)	3ª emissão <sup>(i)</sup>				4ª emissão <sup>(ii)</sup>			Total
	Única	1ª série	2ª série	3ª série	1ª série	2ª série	3ª série	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	34.767	131.164	276.592	146.392	-	-	-	588.915
Amortização de principal	(33.340)	-	-	-	-	-	-	(33.340)
Amortização de juros	(3.867)	(13.160)	(13.523)	(7.775)	-	-	-	(38.325)
Variação monetária	-	-	16.537	8.746	-	-	-	25.283
Encargos financeiros	2.440	14.682	15.951	9.154	-	-	-	42.227
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	-	<b>132.686</b>	<b>295.557</b>	<b>156.517</b>	-	-	-	<b>584.760</b>
Captação	-	-	-	-	269.620	242.374	79.900	591.894
Amortização de juros	-	(16.687)	(15.979)	(9.230)	-	-	-	(41.896)
Variação monetária	-	-	24.517	9.585	652	586	194	35.534
Encargos financeiros	-	17.625	16.324	9.428	370	348	113	44.208
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	-	<b>133.624</b>	<b>320.419</b>	<b>166.300</b>	<b>270.642</b>	<b>243.308</b>	<b>80.207</b>	<b>1.214.500</b>

- (i) Em 15 de setembro de 2013, foram emitidas debêntures referente à 3ª emissão de debêntures simples quirografárias não conversíveis em ações da Companhia. Os recursos foram captados em três séries, totalizando R\$ 540 milhões, sendo que o valor total da primeira série correspondeu ao montante de R\$ 128.197, o valor total da segunda série correspondeu ao montante de R\$ 269.338 e o valor total da terceira série correspondeu ao montante de R\$ 142.465;
- (ii) Em 15 de dezembro de 2015, foram emitidas debêntures referente à 4ª emissão de debêntures simples quirografárias não conversíveis em ações da Companhia. Os recursos foram captados em três séries, totalizando R\$ 591.894; e
- (iii) A movimentação não contempla os custos de transação.

### 3ª Emissão

Os juros da primeira série serão pagos semestralmente nos meses de março e de setembro, até o final da operação. Os juros da segunda e da terceira séries serão pagos anualmente no mês setembro, até o final da operação.

O valor do principal e da atualização monetária da primeira série será amortizado nos seguintes anos: 4º ano (33,33%), 5º ano (33,33%) e 6º ano (33,34%). O valor do principal e da atualização monetária da segunda série será amortizado integralmente no final da operação que ocorrerá em 15 de setembro de 2018.

O valor do principal e da atualização monetária da terceira série será amortizado em duas parcelas anuais no 6º (50%) e 7º (50%) anos, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 15 de setembro de 2019 e o último pagamento devido em 15 de setembro de 2020.

Para esta emissão há cláusulas que determinam a observância de determinados índices financeiros (*financial covenants*) conforme seguem abaixo:

I. A razão entre a Dívida Onerosa Líquida e o EBITDA (LAJIDA) dos últimos 12 meses (verificação anual em dezembro) não poderá ser superior ou igual a 4,00.

II. A razão entre o Endividamento de Curto Prazo e o Endividamento Total dos últimos 12 meses (verificação anual em dezembro) não poderá ser superior a 0,60.

Em 31 de dezembro de 2015, as porcentagens para o valor justo negociado no mercado secundário, para a primeira série foi de 99,87% do preço unitário (PU) da curva, para segunda série 95,97% e para terceira série 94,78%.

#### 4ª Emissão

Os juros da primeira, segunda e terceira série serão pagos anualmente no mês dezembro, até o final da operação.

O valor do principal e da atualização monetária da primeira série será amortizado integralmente no final da operação que ocorrerá em 15 de dezembro de 2020.

O valor do principal e da atualização monetária da segunda série será amortizado em duas parcelas anuais no 6º (50%) e 7º (50%) anos, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 15 de dezembro de 2021 e o último pagamento devido em 15 de dezembro de 2022.

O valor do principal e da atualização monetária da terceira série será amortizado nos seguintes anos: 8º ano (33,33%), 9º ano (33,335%) e 10º ano (33,335%).

Para esta emissão há cláusulas que determinam a observância de determinados índices financeiros (*financial covenants*) conforme seguem abaixo:

- I. A razão entre a Dívida Onerosa Líquida e o EBITDA (LAJIDA) dos últimos 12 meses (verificação anual em dezembro) não poderá ser superior ou igual a 4,00.
- II. A razão entre o Endividamento de Curto Prazo e o Endividamento Total dos últimos 12 meses (verificação anual em dezembro) não poderá ser superior a 0,60.

Em 31 de dezembro de 2015, as porcentagens para o valor justo negociado no mercado secundário, para a primeira série foi de 101,83% do preço unitário (PU) da curva, para segunda série 101,82% e para terceira série 100,71%.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia está adimplente com todos os índices financeiros (*financial covenants*).

#### 13 Fornecedores

	2015	2014
Fornecedores de gás/transporte	1.489.552	1.043.998
Fornecedores de materiais e serviços	107.821	99.748
Depósitos em juízo	(294.976)	(294.976)
	<u>1.302.397</u>	<u>848.770</u>

A Companhia tem contratos de suprimento de gás natural com a Petrobras e a Gás Brasileiro, nas seguintes condições:

- . Contrato com a PETROBRAS na modalidade firme, iniciado em janeiro de 2008, com vigência até dezembro 2019, e com quantidade diária contratual de gás nacional de 5,22 milhões de m³/dia. Denominado Firme Nacional.
- . Contrato com a PETROBRAS na modalidade firme, iniciado em junho 1999, com vigência até junho de 2019 e quantidade diária contratual de gás boliviano de 8,10 milhões de m³/dia. Denominado TCQ.
- . Dois contratos de gás inscritos no Programa Prioritário de Termoelectricidade (PPT) com a PETROBRAS, para abastecimento de 3,06 milhões de m³/dia, sendo 2,76 milhões de m³/dia com a UTE-Fernando Gasparian com vigência até 31 de março de 2016 e 0,3 milhões de m³/dia com a INGREDION BRASIL INGREDIENTES INDUSTRIAIS LTDA com vigência até 31 de março de 2023.

- . Contrato com a Gás Brasileiro na modalidade firme, iniciado em abril 2008, com vigência até março 2016 e volume médio mensal contratado de 1,38 milhões de m<sup>3</sup> e volume anual contratado de 16,56 milhões de m<sup>3</sup>.

Os contratos de suprimento de gás natural têm características específicas, como obrigações de retirada mínima por parte da Companhia (*take or pay* para *commodity* e *ship or pay* para transporte), ou seja, caso a Companhia consuma abaixo das obrigações contratuais, deverá efetuar o pagamento das diferenças entre o volume consumido e os volumes mínimos obrigatórios contratados, podendo compensá-los (através do consumo) ao longo do período de vigência do respectivo contrato. Os montantes pagos e não utilizados foram reconhecidos no ativo na rubrica "Transporte pago e não utilizado".

Os contratos de fornecimento de gás natural têm os preços compostos por duas parcelas: uma indexada a uma cesta de óleos combustíveis no mercado internacional e reajustada trimestralmente; e outra reajustada anualmente com base na inflação local e/ou americana. O custo do gás é praticado em R\$/m<sup>3</sup>, sendo o gás boliviano calculado em US\$/MMBTU, com correção mensal da variação cambial.

Em 25 de fevereiro de 2014 a Companhia obteve liminar movida contra a PETROBRAS, que garantiu à Companhia o direito de prestar caução mensal do valor controverso devido à PETROBRAS, correspondente à diferença de preços entre (i) o preço praticado no Contrato de Fornecimento de Gás TCQ firmado entre Comgás e Petrobrás e (ii) o preço praticado no Contrato de Fornecimento Firme firmado entre Petrobrás e Gás Brasileiro Distribuidora S.A., considerando a obrigação de isonomia assumida perante o Grupo Petrobras junto à Agência Reguladora Estadual - ARSESP. Inicialmente, a caução foi prestada mediante depósitos bancários que, posteriormente, após liminar concedida pelo STJ, em 6 de novembro de 2014, foram substituídos por carta de fiança emitida por instituição financeira de primeira linha.

Dessa forma, os valores controversos apurados a partir do fornecimento de gás de janeiro a setembro de 2014, foram garantidos em juízo mediante depósito judicial e os valores controversos apurados a partir do fornecimento de gás de outubro de 2014 a setembro de 2015 passaram a ser garantidos mediante fiança bancária.

Em outubro de 2015, não existindo a diferença entre (i) o preço praticado no Contrato de Fornecimento de Gás TCQ firmado entre Comgás e Petrobrás e (ii) o preço praticado no Contrato de Fornecimento Firme firmado entre Petrobrás e Gás Brasileiro Distribuidora S.A., e no mês seguinte, ocorrendo o fim da política de descontos, foi suspenso o pagamento em fiança.

O valor garantido em depósito judicial é de R\$ 294.976 e o valor garantido por meio de fiança é de R\$ 577.420.

## 14 Imposto de renda e contribuição social

### (a) Imposto de renda e contribuição social - resultado

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	988.658	856.862
Alíquota - %	<u>34</u>	<u>34</u>
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal	<u>(336.144)</u>	<u>(291.333)</u>
Débitos/créditos permanentes		
Incentivos fiscais	(847)	2.366
Juros sobre capital próprio	62.172	49.303
Adições permanentes	(3.312)	(6.630)
Reversões diferidos / Baixa de inventário	(9.919)	-
Outros	<u>(1.756)</u>	<u>1.033</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social	<u>(289.806)</u>	<u>(245.261)</u>
Corrente	(84.773)	(90.821)
Diferido	(205.033)	(154.440)
Taxa efetiva - %	<u>29,31</u>	<u>28,62</u>

(b) **Imposto de renda e contribuição social diferidos - saldos**

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício findo em 31 de dezembro, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

	Obrigação de benefícios de aposentadoria (i)	Provisões	Perdas valor justo	Ativo/ (passivo regulatório)	Ágio na incorporação	Outros	Total
<b>Ativo de imposto diferido</b>							
Em 31 de dezembro de 2014	94.711	66.736	32.975	82.502	562.761	(14.488)	825.197
Debitado (creditado) à demonstração do resultado	6.401	71.219	(32.795)	(5.740)	(168.828)	19.676	(110.067)
Debitado (creditado) no patrimônio líquido	(575)	-	-	-	-	-	(575)
Em 31 de dezembro de 2015	100.537	137.955	180	76.762	393.933	5.188	714.555
		<b>Ganhos de valor justo</b>	<b>Reavaliação de imóveis</b>	<b>Revisão de vida útil (ii)</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>	
<b>Passivo de imposto diferido</b>							
Em 31 de dezembro de 2014		(33.574)	(3.888)	-	11.316	(26.146)	
Creditado (debitado) à demonstração do resultado		15.907	596	(100.153)	(11.316)	(94.966)	
Em 31 de dezembro de 2015		(17.667)	(3.292)	(100.153)	-	(121.112)	
<b>Líquido</b>						<b>593.443</b>	

(i) O crédito relacionado à provisão de plano de benefício pós-emprego tem um período estimado de realização financeira de 25 a 30 anos e os créditos tributários sobre as demais diferenças temporárias têm prazo estimado de três a cinco anos.

(ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos decorrente da revisão das apurações de exercícios anteriores, com a aplicação da taxa de vida útil prevista na legislação do imposto de renda. O saldo será amortizado pelo prazo restante da concessão conforme artigo 69 da Lei 12.973/14.

## 15 Provisão para contingências

	<b>Tributárias</b>	<b>Cíveis</b>	<b>Trabalhistas</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>4.217</b>	<b>41.991</b>	<b>13.871</b>	<b>60.079</b>
Baixas por reversão	(4.389)	(9.835)	(1.962)	(16.186)
Baixa por pagamento	-	(319)	(145)	(464)
Adições	176	5.463	9.097	14.736
Juros	-	4.532	670	5.202
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>4</b>	<b>41.832</b>	<b>21.531</b>	<b>63.367</b>
Baixas por reversão	(202)	(279)	(6.406)	(6.887)
Baixa por pagamento	(1)	(385)	(4.001)	(4.387)
Adições	5.752	1.057	7.010	13.819
Juros	1.571	7.100	215	8.886
Transferências (i)	7.318	(7.318)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>14.442</b>	<b>42.007</b>	<b>18.349</b>	<b>74.798</b>

(i) Processos considerados anteriormente como cíveis referentes a multas envolvendo fiscalizações de obras.

### Perdas possíveis, não provisionadas no balanço patrimonial

A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Trabalhistas <sup>(i)</sup>	13.879	5.081
Cíveis <sup>(ii)</sup>	70.023	62.402
Tributárias <sup>(iii)</sup>	256.247	164.515
	<b>340.149</b>	<b>231.998</b>

- (i) Os processos trabalhistas referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos a diferenças salariais, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, e responsabilidade solidária, dentre outros.
- (ii) Os processos cíveis são advindos do curso normal das atividades da Companhia, envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos de acidentes ocorridos na rede.
- (iii) As contingências tributárias referem-se a autuações fiscais ocorridas em anos anteriores. Em 31 de dezembro de 2015, existem também outros processos de natureza tributária, os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela administração e, portanto, sem constituição de provisão.

## 16 Patrimônio líquido

### (a) Capital social

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$ 1.200.000 (um bilhão e duzentos milhões de reais), independentemente de reforma estatutária, mediante emissão de ações ordinárias e/ou preferenciais, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará, em cada caso, as condições de emissão.

Em 30 de abril de 2015, foi aprovado na Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária o aumento do capital social subscrito e integralizado no montante de R\$ 140.690 (cento e quarenta milhões seiscentos e noventa mil reais), passando de R\$ 1.002.858 (um bilhão, dois milhões e oitocentos e cinquenta e oito mil reais), em 31 de dezembro de 2014, para R\$ 1.143.548 (um bilhão, cento e quarenta e três milhões e quinhentos e quarenta e oito mil reais), mediante a capitalização da reserva de capital. O capital social está representado por 97.192.069 (noventa e sete milhões, cento e noventa e duas mil, sessenta e nove) ações ordinárias sem valor nominal e totalmente integralizadas e 26.817.239 (vinte e seis milhões, oitocentas e dezessete mil, duzentas e trinta e nove) ações preferenciais de classe A, e sua composição é a que segue:

Quantidades de ações – milhares em 2015						
	Ordinárias	Percentual	Preferenciais	Percentual	Total	Percentual
Acionistas						
Cosan S A Indústria e Comércio	71.587	73,66	4.471	16,67	76.058	61,33
Integral Investments BV	14.212	14,62	-	-	14.212	11,46
LAPB Poland FIA	56	0,06	10.425	38,88	10.481	8,45
Shell Brazil Holding B V	7.594	7,81	-	-	7.594	6,12
Skopos Master Participações FIA	772	0,79	398	1,49	1.170	0,94
Outros	2.971	3,06	11.523	42,96	14.494	11,70
	<b>97.192</b>	<b>100</b>	<b>26.817</b>	<b>100</b>	<b>124.009</b>	<b>100</b>

Quantidades de ações – milhares em 2014						
	Ordinárias	Percentual	Preferenciais	Percentual	Total	Percentual
Acionistas						
Cosan S.A. Indústria e Comércio	69.914	73,20	4.048	15,36	73.962	60,69
Integral Investments BV	14.212	14,88	-	-	14.212	11,66
LAPB Poland FIA	-	-	10.058	38,16	10.058	8,25
Shell Brazil Holding B V	7.594	7,95	-	-	7.594	6,23
Skopos Master Participações FIA	673	0,71	590	2,24	1.263	1,04
Outros	3.123	3,26	11.659	44,24	14.782	12,13
	<b>95.516</b>	<b>100</b>	<b>26.355</b>	<b>100</b>	<b>121.871</b>	<b>100</b>

A movimentação da quantidade de ações no exercício está apresentada a seguir:

Quantidades de ações	Ordinárias	Preferenciais	Total
Em 31 de dezembro de 2014	<b>95.516</b>	<b>26.355</b>	<b>121.871</b>
Aumento de capital	1.676	462	2.138
Em 31 de dezembro de 2015	<b>97.192</b>	<b>26.817</b>	<b>124.009</b>

**(b) Lucros acumulados**

Em 31 de dezembro de 2013	
Lucro líquido do exercício	611.601
Juros sobre capital próprio 2014, imputados como dividendo mínimo obrigatório	(145.008)
Transferência para reserva legal	(30.671)
Realização da reserva de reavaliação	1.816
Transferência para retenção de lucro	(419.118)
Dividendos	(18.620)
Em 31 de dezembro de 2014	<u>-</u>
Em 31 de dezembro de 2014	
Lucro líquido do exercício	698.852
Juros sobre capital próprio 2015, imputados como dividendo mínimo obrigatório	(182.859)
Transferência para reserva legal	(35.001)
Realização da reserva de reavaliação	1.160
Transferência para retenção de lucro	(346.680)
Dividendos	<u>(135.472)</u>
Em 31 de dezembro de 2015	<u>-</u>

**(c) Juros sobre o capital próprio**

Em 17 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, referente ao exercício de 2015, no valor de R\$ 182.859. Em 29 de dezembro de 2015 foi pago R\$ 158.541.

**(d) Dividendos**

Aos acionistas, de acordo com o Estatuto Social (artigo 36), é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme a legislação societária.

O Estatuto Social da Companhia (artigo 46) também determina que o Conselho de Administração poderá aprovar o crédito de juros sobre capital próprio, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, os quais serão imputados ao dividendo obrigatório.

Conforme Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2015, foi deliberada e aprovada a destinação de R\$ 327.718, dos quais R\$ 18.620 estavam registrados como dividendos a pagar, e R\$ 309.098 estavam retidos em reserva de retenção de lucros, que foi paga em 11 de maio de 2015.

Conforme Ata do Conselho de Administração de 17 de dezembro de 2015, foi deliberado e aprovado o pagamento de R\$ 135.472 de dividendos intermediários, que foi pago em 29 de dezembro de 2015.



Dividendos	
Lucro disponível para distribuição em 31 de dezembro de 2015	698.852
Movimentação de lucros acumulados	1.160
	<u>700.012</u>
Constituição da reserva legal (5%)	(35.001)
Base de cálculo dos dividendos	<u>665.011</u>
Dividendos mínimos 2015 (25%)	<u>166.253</u>
Juros sobre capital próprio bruto	(182.859)
Imposto de renda sobre juros sobre capital próprio	<u>22.726</u>
Juros sobre capital próprio líquido	<u>(160.133)</u>
Dividendos intermediários pagos	<u>(135.472)</u>
JCP e Dividendos	<u><b>(295.605)</b></u>
Total dos Dividendos a destinar em 2015	<u><u>-</u></u>

**(e) Destinação do saldo do resultado do exercício**

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro do exercício com base na proposta da administração, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração e submetido à Assembleia Geral.

Caberá a próxima Assembleia Geral Ordinária deliberar sobre o valor da retenção de lucros que exceder o capital social conforme estabelecido na Lei no 6.404, artigo 199, assim como toda destinação do lucro líquido.

**(f) Reserva especial de ágio**

Conforme deliberado pelos acionistas quando da aprovação do "Protocolo e Justificação de Incorporação, referente à incorporação da Provence pela Companhia de Gás de São Paulo - Comgás" na AGE realizada em 19 de dezembro de 2012, o valor do benefício fiscal auferido no exercício de 2015 foi de R\$ 168.828.

**17 Lucro por ação**

Não há ações potenciais com efeitos diluidores, portanto não há diferença entre o lucro básico ou diluído por ação.

	<u>2015</u>			<u>2014</u>		
	<u>Preferenciais</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>Total</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>Total</u>
Lucro líquido do exercício	<u>162.722</u>	<u>536.130</u>	<u>698.852</u>	<u>142.407</u>	<u>469.194</u>	<u>611.601</u>
Média ponderada das ações (milhares)	<u>26.665</u>	<u>96.641</u>	<u>123.306</u>	<u>26.212</u>	<u>94.997</u>	<u>121.209</u>
Lucro por ação - R\$	<u>6,10</u>	<u>5,55</u>	<u>5,67</u>	<u>5,43</u>	<u>4,94</u>	<u>5,05</u>

## 18 Receita

As receitas líquidas de vendas para o exercício possui a seguinte composição:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Vendas brutas de produtos e serviços	8.089.059	7.840.469
Impostos sobre vendas	<u>(1.492.042)</u>	<u>(1.453.366)</u>
Receita líquida	<u>6.597.017</u>	<u>6.387.103</u>

## 19 Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado do exercício por função.

Conforme requerido pelo CPC 26 (R1), segue a abertura das despesas por natureza:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Custo do gás	3.528.358	3.580.552
Custo de transporte e outros	643.760	433.044
Custo de construção	408.086	481.314
Despesas com pessoal	208.883	196.161
Despesas com materiais/serviços	271.896	250.499
Amortização	<u>359.371</u>	<u>384.781</u>
	<u>5.420.354</u>	<u>5.326.351</u>
Custo do produto vendido	4.580.204	4.494.910
Despesas com vendas	145.291	116.592
Despesas gerais e administrativas	<u>694.859</u>	<u>714.849</u>
Total	<u>5.420.354</u>	<u>5.326.351</u>

## 20 Resultado financeiro

	2015	2014
Despesas financeiras		
Juros empréstimos/financiamentos/debêntures	(234.800)	(213.243)
Comissões/despesas bancárias	(36.658)	(25.414)
Capitalização de juros (Nota 11)	20.098	20.891
Juros CPC 33 (R1) - benefício pós-emprego (Nota 22)	(35.856)	(31.849)
Ajuste valor a mercado	(19.703)	-
Outras	(4.610)	(4.621)
	<u>(311.529)</u>	<u>(254.236)</u>
Variações monetárias líquidas		
Empréstimos e financiamentos	(67.794)	(50.274)
Variações monetárias ativas	3.775	8.999
Variações monetárias passivas	(41.186)	-
	<u>(105.205)</u>	<u>(41.275)</u>
Receitas financeiras		
Encargos moratórios de clientes	17.986	15.761
Receitas de aplicações financeiras	169.113	82.368
Juros <sup>(i)</sup>	54.503	2.202
Ajuste valor a mercado	-	1.353
Pis/cofins sobre operações financeiras	(7.735)	-
Outras	978	802
	<u>234.845</u>	<u>102.486</u>
	<u>(181.889)</u>	<u>(193.025)</u>

<sup>(i)</sup> No ano de 2015 foram contabilizados os juros sobre crédito de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 51.756, devido à mudança de estimativa para fins fiscais decorrentes da revisão de suas bases de cálculo, exercícios de 2009 e 2010, aplicando a taxa de vida útil prevista na IN 162/98 para seus ativos pertencentes à rede de distribuição de gás.

## 21 Instrumentos financeiros

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros são como segue:

	2015	2014
<b>Ativos</b>		
<b>Valor justo por meio do resultado</b>		
Instrumentos financeiros derivativos	665.032	330.098
	<u>665.032</u>	<u>330.098</u>
<b>Empréstimos e recebíveis</b>		
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	696.027	762.433
Caixa e equivalentes de caixa	1.967.643	973.707
	<u>2.663.670</u>	<u>1.736.140</u>
	<u>3.328.702</u>	<u>2.066.238</u>
<b>Passivos</b>		
<b>Passivos pelo custo amortizado</b>		
Empréstimos e financiamentos	1.284.818	1.529.584
Fornecedores	1.302.397	848.770
Debêntures	711.472	578.615
	<u>3.298.687</u>	<u>2.956.969</u>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>		
Empréstimos e financiamentos	1.340.059	1.025.147
Debêntures	486.718	-
	<u>1.826.777</u>	<u>1.025.147</u>
	<u>5.125.464</u>	<u>3.982.116</u>

## ***Gerenciamento dos riscos financeiros***

### **(a) Principais riscos associados à estratégia financeira da Companhia**

A Companhia mantém uma Política de Tesouraria, aprovada em Conselho de Administração, com revisões periódicas, que determina a padronização e o objetivo para o qual as operações financeiras deverão seguir dentro da Companhia. Além disso, esta política determina a metodologia de avaliação de risco de crédito da contraparte (operações de câmbio, derivativos, aplicações financeiras e garantias) e estipula quais são os instrumentos financeiros permitidos.

A administração dos riscos associados das operações financeiras é feita por meio da aplicação da Política de Tesouraria e pelas estratégias definidas pelos administradores da Companhia. Este conjunto de regras estabelece diretrizes para o gerenciamento dos riscos, sua mensuração e consequente mitigação dos riscos de mercado, previsão de fluxo de caixa e estabelecimento de limites de exposição. Para tanto todas as operações financeiras realizadas devem ser as melhores alternativas possíveis tanto financeira quanto economicamente e nunca deverão ser feitas com o objetivo de especulação, isto é, deverá sempre existir uma exposição que justifique a contratação de determinada operação.

Com o objetivo de promover a melhor gestão do caixa da Companhia, a administração segue a política interna de manutenção de linhas destinadas ao gerenciamento do capital de giro e destinadas a investimentos em linha com as projeções de fluxos de caixas futuros, cujas estimativas não possuem diferenças relevantes em relação ao caixa realizado, em virtude da estabilidade do negócio da Companhia.

Como parte de suas operações, a Companhia está exposta aos riscos decorrentes de flutuações nas taxas de juros e de câmbio. A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, a fim de controlar a exposição deste tipo, em conformidade com as políticas de tesouraria. A Companhia celebra contratos de câmbio futuro e de *swaps* de moedas para reduzir o risco cambial de determinados fluxos de caixa em moeda estrangeira, e para gerenciar a composição da moeda estrangeira de seus ativos e passivos. Alguns contratos combinam simultaneamente em moeda estrangeira e operações de *swap* de taxas de juros.

Quando houver liquidez suficiente no mercado financeiro, a Companhia buscará contratar as operações de derivativos com valores e prazos exatamente iguais aos fluxos de caixa das exposições em negociação.

Analisando sempre a melhor alternativa e respeitando a política de gerenciamento de risco, acima mencionada, com relação ao percentual mínimo de *hedge* a ser contratado, de 75% do valor nocional, para valores acima de US\$ 500 mil.

A Companhia calcula o valor justo da taxa de juros e a variação da taxa de câmbio usando valorização de mercado, quando disponível, ou, se não estiver disponível, descontando todos os fluxos de caixa futuros pela curva de juros de mercado na data do balanço.

### **(b) Swaps dos financiamentos em moeda estrangeira**

Os *swaps* cambiais contratados transformam na prática, o passivo em moeda estrangeira em um passivo em reais indexado ao CDI - eliminando a exposição ao câmbio e a taxa de juros internacional (fixa ou flutuante). O valor nominal, as taxas e os vencimentos da ponta ativa dos *swaps* são idênticos ao financiamento a ele vinculado. Os *swaps* são realizados no mercado de balcão e não é exigido qualquer depósito de garantia na operação.

São considerados *swap* sem caixa. Os detalhes da operação estão explícitos na tabela abaixo.

A Companhia os carregará até o vencimento e sua contabilização é feita no grupo de instrumentos financeiros derivativos.

Os critérios de determinação, métodos e premissas aplicadas na apuração dos valores justos são referentes ao preço negociado no mercado ativo, e estão de acordo com a sistemática estabelecida em contratos firmados entre as partes.

**(c) Swaps dos financiamentos em moeda nacional**

Visando proteger a Companhia de possíveis flutuações das taxas de juros e inflação “IPCA” foi designado a partir de 1º de abril de 2015 contabilização de *hedge accounting* (*hedge* de valor justo) para o contrato de empréstimos “debêntures 2ª e 3ª séries”, utilizando operações com derivativos, swaps de fluxo de caixa, trocando o risco de juros e IPCA por percentuais do CDI.

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os valores justos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos para proteger a exposição ao risco da Companhia estavam utilizando dados observáveis, como preços cotados em mercados ativos ou fluxos descontados com base em curvas de mercado e estão apresentados a seguir:

	Nocional (*)		Valor justo	
	2015	2014	2015	2014
Risco de taxa de câmbio e juros				
Trava de câmbio				
Contratos de Swap (juros)	462.447	-	8.535	-
Contratos de Swap (juros e câmbio)	841.890	816.780	656.497	330.098
	1.304.337	816.780	665.032	330.098
<b>Total de instrumentos contratados pela Companhia</b>			<b>665.032</b>	<b>330.098</b>
<b>Ativo</b>			<b>665.032</b>	<b>335.058</b>
<b>Passivo</b>			<b>-</b>	<b>(4.960)</b>

(\*) Estes saldos equivalem ao valor de nocional em Dólar convertidos para R\$ pela taxa do Dólar do dia da contratação.

**Risco de crédito**

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia dispunha dos seguintes principais riscos de créditos:

	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa <sup>(i)</sup>	1.967.643	973.707
Contas a receber de clientes <sup>(ii)</sup>	523.030	624.262
Instrumentos financeiros derivativos	665.032	330.098
<b>Total</b>	<b>3.155.705</b>	<b>1.928.067</b>

- (i) O ‘Caixa e equivalentes de caixa’ são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA, AAA e BB.

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo (*)		
AAA	611.095	736.545
AA	1.302.325	237.162
BB	<u>54.223</u>	<u>-</u>
	<u>1.967.643</u>	<u>973.707</u>

(\*) Escala amplamente aceita e conhecida pelo mercado financeiro com metodologia divulgada pelas agências internacionais de classificação de risco.

- (ii) Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possui uma carteira de aproximadamente 1.573 mil clientes, dos segmentos residencial, comercial, industrial, veicular, cogeração e termogeração, não havendo concentração de crédito em grandes consumidores em volume superior a 10% das vendas, diluindo assim o risco de inadimplência.

Este risco é representado por contas a receber de consumidores da Companhia em todos os segmentos, que, no entanto, é atenuado pela venda a uma base de clientes pulverizada.

A Companhia não possui exposição a risco relativo a transferências de ativos financeiros no final dos exercícios apresentados.

### ***Risco de liquidez***

Risco de liquidez é representado por descasamentos no fluxo de caixa, decorrente de dificuldades em se desfazer rapidamente de um ativo ou de obter recursos, afetando a capacidade financeira da Companhia.

A Companhia está exposta ao risco de liquidez, incluindo os riscos associados com o refinanciamento de empréstimos e financiamentos à medida que suas respectivas datas de vencimentos se aproximam, com o risco que as linhas de crédito não estejam disponíveis para atender as necessidades de caixa e compromissos futuros da Companhia além do risco de que os ativos financeiros não possam ser facilmente convertidos em recursos sem que haja perda de valor.

Para a mitigação desse risco a Companhia adota duas diretrizes gerais:

A Companhia tem como política a manutenção da taxa de juros para seus credores em taxas flutuantes em moeda local. Caso esses empréstimos e financiamentos sejam captados a taxas diferentes dessas, a Companhia poderá utilizar instrumentos derivativos.

A Companhia administra o risco de liquidez através da manutenção de linhas de crédito adequadas aos seus compromissos e mantendo seus ativos financeiros em depósitos de curto prazo em instituições de primeira linha com liquidez diária.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e os passivos financeiros derivativos liquidados pela Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao exercício remanescente nas demonstrações financeiras até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa nominais de pagamento com encargos não descontados.

				2015	2014
	Até um ano	Mais de um e até dois anos	Mais de dois e até cinco anos	Mais de cinco anos	Total
				Total	Total
Empréstimos	745.051	726.112	3.177.785	614.808	5.263.756
Instrumentos financeiros derivativos	(41.149)	(65.900)	(592.570)	(57.083)	(756.702)
Fornecedores, adiantamento de clientes e outras contas a pagar	1.307.928	-	-	-	1.307.928
	<u>2.011.830</u>	<u>660.212</u>	<u>2.585.215</u>	<u>557.725</u>	<u>5.814.982</u>
					<u>5.131.114</u>

### Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado – tais como as taxas de câmbio e taxas de juros – irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno.

#### a) Risco de taxa de câmbio

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia apresentava a seguinte exposição líquida à variação cambial no resultado em ativos e passivos denominados em dólares norte-americanos:

	2015	2014
	R\$ (*)	R\$ (*)
Empréstimos e financiamentos	(1.340.059)	(1.160.297)
Instrumentos financeiros derivativos	1.340.059	1.160.297
<b>Exposição cambial, líquida</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

(\*) Estes saldos equivalem ao valor de nocional em Dólar convertidos para R\$ pela taxa do Dólar de 31 de dezembro de 2015.

A seguir está a análise de sensibilidade dos efeitos das mudanças nos fatores de risco relevantes para os quais a Companhia está exposta em 31 de dezembro de 2015:

#### i. A análise de sensibilidade sobre as mudanças nas taxas de câmbio

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos, levantados em 31 de dezembro de 2015, a Companhia realizou simulações com aumento e diminuição das taxas de câmbio (R\$/US\$) de 25% e 50%. O cenário provável considera projeções da Companhia para as taxas de câmbio no vencimento das operações, como segue:

	2015	Cenários				
		Provável	-25%	-50%	25%	50%
	3,9048	3,9048	2,9286	1,9524	4,881	5,8572
Exposição taxa de câmbio	Fator de Risco	Provável	-25%	-50%	25%	50%
Derivativos de taxa de juros e câmbio (*)	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$	656.498	(347.655)	(695.310)	347.655	695.310
Empréstimos e financiamentos	Aumento na taxa de câmbio R\$/US\$	1.390.619	347.655	695.310	(347.655)	(695.310)
<b>Impacto no resultado do exercício</b>			<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

(\*) para efeito de análise de sensibilidade só é considerado o câmbio.

**b) Risco de taxa de juros**

A variação dos juros nos empréstimos e financiamentos que tem taxas flutuantes é semelhante à variação nos juros recebidos na aplicação do caixa da Companhia, também flutuante. Dessa forma o risco é mitigado e a variação entre os cenários de juros propostos é praticamente zero.

*i. A análise de sensibilidade sobre as mudanças nas taxas de juros*

A análise de sensibilidade sobre as taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração pelo CDI das aplicações financeiras com aumento e redução de 25% e 50% está apresentada a seguir:

Exposição taxa de juros	2015					
	Saldos	Provável	-25%	-50%	25%	50%
Aplicações financeiras	1.937.214	276.053	(64.655)	(135.168)	76.505	147.150
Empréstimos e financiamentos	(3.823.067)	(506.063)	126.516	253.032	(126.516)	(253.032)
Derivativos	462.447	8.967	(109)	(219)	83	169
<b>Impacto no resultado do exercício</b>		<b>(221.043)</b>	<b>61.752</b>	<b>117.645</b>	<b>(49.928)</b>	<b>(105.713)</b>

(i) os índices de CDI e TJLP considerados 14,14% e 7,00%, respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

**Valor justo dos instrumentos financeiros**

O valor justo dos instrumentos financeiros que são negociados num mercado ativo é determinado usando técnicas de avaliação. A Companhia utiliza uma variedade de métodos e faz suposições que são baseadas em métodos e condições amplamente utilizadas pelo mercado na data de cada balanço.

A Companhia segue o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).



A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo:

	Valor contábil		Ativos e passivos mensurados ao valor justo			
			2015		2014	
	2015	2014	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
<b>Ativos</b>						
Instrumentos financeiros derivativos	665.032	335.058	-	665.032	-	335.058
<b>Total do ativo</b>	<b>665.032</b>	<b>335.058</b>	<b>-</b>	<b>665.032</b>	<b>-</b>	<b>335.058</b>
<b>Passivo</b>						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.826.777)	(1.025.147)	-	(1.826.777)	-	(1.025.147)
Instrumentos financeiros derivativos	-	(4.960)	-	-	-	(4.960)
<b>Total do passivo</b>	<b>(1.826.777)</b>	<b>(1.030.107)</b>	<b>-</b>	<b>(1.826.777)</b>	<b>-</b>	<b>(1.030.107)</b>

### *Hedge accounting*

A Comgás mantém instrumentos derivativos de *hedge* financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de inflação e taxa de juros.

#### Hedge accounting – valor justo

Visando proteger a Companhia de possíveis flutuações das taxas de juros e inflação “IPCA” foi designado a partir de 1º de abril de 2015 contabilização de *hedge accounting* (*hedge* de valor justo) para o contrato de empréstimos “debêntures 3ª emissão 2ª e 3ª séries”, utilizando operações com derivativos, swaps de fluxo de caixa, trocando o risco de juros e IPCA por percentuais do CDI.

Abaixo demonstramos o montante da dívida a valor justo e o efeito reconhecido no resultado a partir da data de designação até o fechamento do exercício.

	Dívida	Derivativos	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	-	-	-
Valor justo	486.718	(8.535)	478.183
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>486.718</b>	<b>(8.535)</b>	<b>478.183</b>

### *Gestão de capital*

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de dividendos pagos.

A Companhia monitora o capital com base em índices de alavancagem financeira, que envolvem a geração de caixa (LAJIDA – Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização), endividamento de curto prazo e endividamento total. Estes índices (*covenants*) são utilizados por instituições financeiras em contratos de empréstimos.

Um dos índices de alavancagem financeira utilizado pela administração está demonstrado abaixo:

	2015	2014
Dívida líquida	1.190.392	1.829.541
LAJIDA	1.529.918	1.434.668
(=) Dívida líquida/LAJIDA	0,78	1,28

## 22 Obrigações com benefícios de aposentadoria

As obrigações relativas aos planos de benefícios pós-emprego, os quais abrangem assistência médica e aposentadoria incentivada, auxílio-doença e auxílio-deficiente estão registrados conforme Deliberação CVM nº 695.

A Companhia mantém com o Bradesco Vida e Previdência S.A., o Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), plano de previdência aberta complementar, estruturado no regime financeiro de capitalização e na modalidade de contribuição variável, aprovado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Não ocorreram parcelas da Companhia nas contribuições nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014. O plano é o de renda fixa e tem como objetivo a concessão de benefício de previdência, sob a forma de renda mensal vitalícia.

As principais premissas utilizadas para apurar as obrigações com benefícios previdenciários da Companhia são as seguintes:

	2015	2014
Taxa de desconto	14,14	12,78
Taxa de inflação	6,50	6,00
Retorno esperado sobre os ativos do plano	14,14	12,78
Aumentos salariais futuros	9,69	9,18
Aumentos de planos de pensão futuros	6,50	6,00
Morbidade ( <i>aging factor</i> )	3	3
Mortalidade geral (segregada por sexo)	AT-2000	AT-2000
Mortalidade de inválidos	IAPB-1957	IAPB-1957
Entrada em invalidez (modificada)	UP-84 Modificada	UP-84 Modificada
Rotatividade	0,3/(tempo de serviço + 1)	0,3/(tempo de serviço + 1)

O plano de Benefício foi avaliado pela administração em conjunto com os especialistas (atuários) ao final do exercício, objetivando verificar se as taxas de contribuição vêm sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamentos atuais e futuros.

A composição do saldo relativo ao passivo atuarial está demonstrada a seguir:

	2015	2014
Valor das obrigações atuariais	298.460	284.770
Valor justo dos ativos do plano	(2.762)	(6.208)
Passivo atuarial líquido	295.698	278.562

A movimentação do passivo atuarial no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 está demonstrada a seguir:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Passivo atuarial líquido em 1º de janeiro	278.562	267.242
Despesa no exercício	35.856	32.735
Contribuições do empregador	(17.028)	(14.672)
Ganho/Perda atuarial reconhecida em outros resultados abrangentes	(1.692)	(6.743)
Passivo atuarial líquido	<u>295.698</u>	<u>278.562</u>

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos de forma imediata em outros resultados abrangentes.

As despesas reconhecidas ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro estão demonstradas a seguir:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	587	767
Juros sobre obrigação atuarial	35.261	32.856
Rendimento esperado dos ativos do plano	(770)	(888)
Despesas	<u>35.078</u>	<u>32.735</u>

Os efeitos tributários decorrentes desta provisão estão registrados na Nota 14(b) "Impostos de renda e contribuição social diferidos".

## 23 Compromissos assumidos

### (a) Compromissos para aquisição de ativos e metas regulatórias

Face à postergação da conclusão da Revisão Tarifária Quinquenal 2014 em consequência das publicações das Deliberações ARSESP 493 e 494, ambas de 27 de maio de 2014, que dispõem, respectivamente, sobre o "Processo de Revisão Tarifária das concessionárias de distribuição de Gás Canalizado no Estado de São Paulo, definindo cronograma de eventos" e, sobre o "ajuste provisório das margens de comercialização da Companhia de Gás de São Paulo – COMGÁS", não há compromisso Regulatório definido em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

### (b) Ativo ( passivo ) regulatório

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Custo de gás a recuperar/(repassar)	114.076	243.713
Créditos de tributos a recuperar/(repassar)	(3.910)	(1.120)
Ajuste a valor presente sobre tributos	192	61
Outros	6.589	-
<i>Efeito no Patrimônio líquido</i>	<u>116.947</u>	<u>242.654</u>
Saldo inicial	242.654	347.729
Saldo final	<u>116.947</u>	<u>242.654</u>
<i>Efeito no Resultado do exercício</i>		
Despesa não reconhecida no resultado antes IR/CS	<u>(125.707)</u>	<u>(105.075)</u>
Ativo (passivo) regulatório	(145.545)	(124.495)
Atualização	26.111	26.359
Outros	(6.273)	(6.939)
	<u>(125.707)</u>	<u>(105.075)</u>

As tarifas para o fornecimento de gás para os diferentes segmentos de clientes são autorizadas pelo órgão regulador. De acordo com os termos do Contrato de Concessão, as diferenças entre o componente de custo do gás incluídos nas tarifas cobradas aos clientes e o custo real de gás incorrido, são apurados em uma base mensal e debitado ou creditado numa conta de regulamentação (conta-corrente regulatória).

Periodicamente, encargos ou créditos nas tarifas são determinados pelo regulador com o objetivo de amortizar o montante acumulado nesta conta.

O saldo desta conta é considerado como um ativo ou passivo de acordo com o plano de contas do regulador. No entanto, essa conta é excluída das demonstrações financeiras preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, uma vez que o respectivo saldo não é registrado como um ativo ou um passivo, pois a sua realização ou liquidação depende de consumo futuro de gás por parte dos consumidores da Companhia. Portanto, os saldos apresentados acima não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras aqui apresentadas.

#### (b) Compromissos com contratos de aluguel

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui 12 contratos de aluguéis de imóveis e cujas despesas reconhecidas durante o exercício findo nessa data totalizaram R\$ 4.480 (31 de dezembro de 2014 - R\$ 4.639).

Os termos do arrendamento são de um a seis anos, e a maioria dos contratos de arrendamento é renovável no término do período de arrendamento à taxa de mercado.

Os pagamentos totais mínimos futuros de arrendamento, segundo os arrendamentos operacionais, são:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Obrigações brutas de arrendamento - pagamentos mínimos de arrendamento		
Menos de um ano	3.543	4.080
Mais de um ano e menos de cinco anos	<u>2.837</u>	<u>6.233</u>
	<u>6.380</u>	<u>10.313</u>

## 24 Seguros

As principais coberturas de seguros, efetuadas de acordo com a natureza e o grau de risco contra eventuais perdas de patrimônio da Companhia, são as seguintes:

<u>Risco</u>	<u>Cobertura</u>
Risco operacional	125.000
Responsabilidade civil	160.000

\*      \*      \*